
SOBRE O COVID-19 E A CRISE URBANA

Resenha de CARLOS, Ana Fani Alessandri et al.: *COVID-19 e a crise urbana*.
São Paulo, FFLCH/USP, 2020.

Felipe Alan Souza Santos
felipesantosprof@hotmail.com

Sobre o COVID-19 e a crise urbana (Resumo)

A obra foi organizada pelo grupo de geografia urbana crítica radical, por professores renomados que discutem as teias das tramas urbanas, em que procuram e oportunizam um olhar geográfico sobre a desigualdade social e os efeitos da pandemia no Brasil. O livro é composto por onze artigos que emaranhados fornecem uma visão crítica e o desejo de aprofundamento teórico sobre as questões discutidas no espaço urbano.

Palavras chave: pandemia, COVID-19, espaço urbano, exclusão social, precarização do trabalho e renda

A propósito de la COVID-19 y la crisis urbana (Resumen)

El libro reseñado fue escrito por un grupo de profesores de geografía urbana crítica radical. Se propone en él una mirada geográfica a la desigualdad social y a los efectos de la pandemia en Brasil. El libro se compone de once artículos que, entrelazados, aportan una mirada crítica y un afán de profundización teórica y de discusión sobre temas relacionados con el espacio urbano.

Palabras clave: pandemia, COVID-19, espacio urbano, exclusión social, precarización de trabajo y renta

A obra foi organizada pelo grupo de geografia urbana crítica radical, por professores renomados que discutem as teias das tramas urbanas, em que procuram e oportunizam um olhar geográfico sobre a desigualdade social e os efeitos da pandemia no Brasil. O livro é composto por onze artigos que emaranhados fornecem uma visão crítica e o desejo de aprofundamento teórico sobre as questões discutidas no espaço urbano, como afirma Carlos (2020) na introdução da obra “a cidade é uma produção social. Nesta condição, sua produção concretiza a nossa vida dando-lhe significado e sentido, criando identidades” (p.8).

O primeiro capítulo escrito pela professora Ana Fani Alessandri Carlos (USP), intitulado: “A ‘Revolução’ no cotidiano invadido pela pandemia”, aborda que a crise da COVID-19 no Brasil, perpassa problemas econômicos e revela o abismo de uma crise social urbana, ampliada principalmente pela falta de investimentos e de políticas públicas voltadas para mitigar melhorias em áreas sociais, como saúde e educação.

Constrói ainda uma discussão dialética entre o aprofundamento do processo de precarização do trabalho e renda, promovido pela chamada 4ª Revolução tecnológica e pelo atual processo de subordinação do trabalho em casa no tempo da pandemia, e expõe que “o *home office* subverteu a lógica e o uso do espaço privado da família, que se torna um espaço produtivo do capital subordinando o tempo familiar” (p.12). Desta maneira é bastante profícua sua posição sobre a maneira como o setor econômico aproveita-se do momento crítico da pandemia para “subsumi-lo à lógica do lucro”, procurando meandros para apropriasse do trabalhador, a partir do aumento do tempo de trabalho produtivo em sua residência. Revela ainda uma justaposição existente na hierarquia social e espacial, demonstrando os diferentes entraves urbanos frente as desigualdades, acesso e percepções do uso do poder do dominador sobre o dominado na quarentena, momento na qual a cidade passa a ser o espaço do interdito.

O segundo capítulo escrito pela professora Camila Salles de Faria (UFMG), “COVID-19: entre a vida e a economia no Mato Grosso”, expõe os reflexos das políticas Estaduais e Municipais de enfrentamento a pandemia no Estado de Mato Grosso, descreve alguns ordenamentos sobre o dualismo existente entre o interesse econômico e o interesse à saúde, assevera que aparentemente o poder econômico norteia a tomada de postura política.

Na abordagem descreve a incipiente infraestrutura do Estado do Mato Grosso, frente a oportunidade do comércio online, expõe que essa prática é brecada devido a insuficiência de domicílios com acesso à internet fixa (37,2%), a maioria possui apenas acesso a rede móvel, que vem repleta de intermitências de sinal, além da baixa velocidade de conexão.

O terceiro capítulo, “A COVID-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil”, de autoria do professor César Simoni, retrata o perfil natural da cidade para a proliferação da COVID-19, mas antes transita em um diálogo norteador sobre as relações espaciais urbana, ousa afirmar que produz uma reflexão sobre a coletividade involuntária do espaço urbano, como descreveu, “os diferentes se encontram os contrários se tocam, os trabalhadores se completam e a vida se compartilham” (p. 26). A crise pandêmica torna o distanciamento sanitário necessário, mas ao mesmo tempo a busca incessante do lucro corrompe a necessidade, pois essa “pulsão econômica antissocial”, devido à necessidade básica de alimentação e do capital para pagar as contas, acabam vencendo em alguns lugares, principalmente nos espaços da pobreza.

O agravamento da infecção pela COVID-19, também se dar pela fragilidade de uma coordenação nacional e de uma posição sensata do governo federal, que mais entontece que mostra a direção a seguir, a precariedade de testes e a baixa distribuição de equipamentos de prevenção individual, a proliferação de *fake news*, a expressiva quantidade de trabalho informal ou precários corroboram para a ampliação da COVID-19 e para evidenciar o caos do Sistema Único de Saúde (SUS), hoje sobrecarregado.

Seu estudo tem como aporte espacial a cidade de São Paulo, exponencialmente revela que a doença chegou rápido e afetou áreas periféricas, tornando-se a classe mais pobre as suas principais vítimas. E denuncia subnotificação de infecções nas periferias, debatendo seu posicionamento e afirma que “o número de mortes por COVID-19 registrado até agora pode

revelar é um estágio de dispersão do vírus muito mais avançado que aquele apresentado pelos casos confirmados” (p.32). E que as periferias por apresentarem forte fragilidade no que se refere ao acesso a renda, saneamento básico, ganância econômica, entre vários outros problemas, estão se tornando verdadeiras áreas de *hotspot* pandêmico.

Danilo Volochko (USP), no quarto capítulo “O cotidiano dos pobres não pode parar: a pandemia e a necrodemografia do capital”, sua abordagem comenta que a pandemia atesta as contradições existentes no sistema capitalista, principalmente em sua fase mais autoritária, descrito por ele como ultraneoliberalismo ou neoliberalismo, e olhando sobre o Brasil constrói uma crítica aos contornos fascistas que atualiza ou reorienta a ideia neomalthusiana e a da biopolítica que traça o cotidiano dos pobres rumo a uma lógica de morte.

Discute a diferença conceitual entre população e sociedade, que mesmo sendo distintas, estão diretamente enredadas. A população é algo transitório, diretamente ligada a taxa de natalidade, sendo reposta por um processo de substituição de indivíduos (natalidade/mortalidade). Faz parte da dinâmica populacional, o envelhecimento, as migrações e as pandemias que interferem na política e na economia, que por sua vez, infere nas categorias sociais que podem ampliar principalmente nas periferias urbanas espaços de vulnerabilidades e de proliferação pandêmica.

Com o aporte teórico malthusiano o autor estabelece uma relação com os governos ultraconservadores com contornos fascistas, em que se apropriam do princípio da população onde a miserabilidade, a doença era fruto do expressiva descompasso do acelerado crescimento populacional e entende que a própria miséria é um mal necessário para o controle do crescimento populacional, a partir de tal ideia os neomalthusianos se apropriaram e gritam (defendem) que a causa da pobreza é fruto direto das altas taxas de natalidade, que inibem investimentos em setores produtivos que poderiam ampliar a consolidar a economia nacional e gastam recursos em setores públicos que não são rentáveis como na área de saúde, educação e habitação popular.

Volochko (2020), constrói sua inferência crítica relacionando a visão neomalthusiana a teoria da biopolítica, ou biopoder, formulada por Michel Foucault, e expõe que essa dimensão que expressa o exercício do poder pelo Estado sobre a população, mais especificamente sobre as características biológicas fundamentais do homem: nascimento, morte e doença (p. 37).

Desta maneira o Estado pretende efetivar o controle e por conseguinte sua governança. Pois é nessa “gestão calculista da vida e da morte” (p. 37), que o Estado efetiva o seu controle da circulação, da densidade, da quantidade, da reprodução da população, como mecanismo de segurança e de previsibilidade, presente na demografia do capital. Para o autor a demografia do capital ou necrodemografia, robora a distinção de classes e aponta que uns podem e devem morrer mais do que outros.

Mas em suas análises compreende que o sistema capitalista necessita de um excedente de mão de obra, que é ponto crucial para a acumulação de capital, pois permite a efetivação de baixos salários e subordinação do trabalhador. Deste modo, o percentual de pessoas que ocupam os ditos trabalhos informais/ilegais é concomitantemente um plano estratégico do próprio sistema, pois efetiva deste modo um excedente, que são vias de regra excluídos dos direitos trabalhistas como folgas, décimo terceiro salário, férias, aposentadoria. Tendo que trabalhar diariamente para conseguir o seu sustento, assim neste período de pandemia, esses indivíduos não possuem condições de realizar a quarentena, e os obstáculos promovido pela desigualdade e segregação faz com que a realidade brasileira caminhe para uma lógica genocida.

“Quem precisa de proteção social?” Bastante instigante é o título do quinto artigo da obra, escrito pela professora Elisa Favaro Verdi (USP), seu texto reflete sobre a dinâmica de aprovação do auxílio emergencial, destinados aos trabalhadores informais, autônomos, desempregados e microempreendedores individuais, mitigação financeira que objetiva-se a proteger tais sujeitos da crise socioeconômica promovida pela pandemia.

A autora discute duas posições imbricadas na política de ajuda em emergências, a primeira sobre o seu caráter substitutivo, que mostra a estrutura da precarização do trabalho no Brasil, onde tem-se uma expressiva quantidade de trabalhadores informais e desempregados, e o segundo traz clareza frente as contradições acerca do papel do Estado na mitigação da pobreza.

Debatendo a primeira posição, expõe algumas contradições posta a complementaridade de renda das pessoas assistidas pelo Programa Bolsa Família (PBF), onde inclusive defende que mais de 25% da população do país recebe mensalmente diferentes valores, e isso já mostra altas taxas de desníveis de emprego e renda no país. É afirma que a quantidade de solicitações para receber o auxílio fez esplandecer a face das contradições brasileiras, segundo a autora “é de proporções gigantescas o que retorna a discussão sobre a continuidade estrutural do trabalho informal, do desemprego e da pobreza no Brasil” (p. 45).

Sobre o segundo aspecto, produz uma análise sobre a importância do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para revelar as famílias que estão na vulnerabilidade social, apesar de conhecer sua importância, notou-se com a pandemia que existe uma grande lacuna no CadÚnico, pois aproximadamente 46 milhões de brasileiros não faziam parte do cadastro e solicitaram o benefício. Explica que essa lacuna é fruto da situação precária e do difícil acesso aos meios institucionais de solicitação do CadÚnico e que hoje com a crise pandêmica estão retornando a chamada linha da pobreza. A ampliação das disparidades da desigualdade entre os indivíduos que vivem na informalidade devido à precarização e a ausência de proteção social, que não conseguem reconhecer os que vivem próximos da linha de pobreza, às vezes abaixo ou acima dela está agravando a pobreza e o retorno da fome do país.

A professora Glória da Anunciação Alves (USP) no sexto artigo, metaforiza seu título em “O dia em que a Terra parou”, escreve sobre a importância do ensino de geografia, pois defende a importância que a ciência geográfica possui para explicar a realidade cotidiana e contraditória existente na reprodução do capitalismo. Trilha em suas ideias a análise de três pontos do isolamento social no processo de ensino-aprendizagem. O primeiro isolamento social e a ampliação da pobreza, primeiro posiciona o leitor a durabilidade da legislação educacional que aprisiona o total de dias e horas a serem trabalhadas ou cumpridas pelas instituições de ensino e depois discute a suspensão das aulas para todos os alunos e seus impactos socioeconômicos, afirma que de acordo com o lugar em que as pessoas vivem e a classe social a que pertence a família do educando, o peso da quarentena será maior e ampliará a segregação, desigualdade, fome.

Apesar de diferentes tramas na área da educação, a autora se direciona para a manutenção desse educando em casa, revela os dilemas que os familiares, as crianças e os adolescentes estão enfrentando, pois “muitas vezes é na escola pública que o aluno faz sua única refeição diária” (p. 52). Outro problema é que parcela expressiva dos pais dessas crianças trabalham na informalidade ou estão desempregados, e com a crise da COVID-19 não conseguem alimentar essas crianças e adolescentes. Outro problema é que além da subnutrição, fome, em muitos dos casos essas crianças vivem em pequenos cômodos com vários familiares, com um forte perfil de moradia insalubres e precária, o que aumenta a possibilidade de contaminação pela COVID-19,

ora pela necessidade dos pais em buscar ganhar algum dinheiro para alimentar a família, ora pela falta de condições básicas para fazer a profilaxia, como água e sabão. “O vírus pode ser letal a todos, mas atinge de modo mais intenso as pessoas mais vulneráveis socioeconomicamente” (p. 52). Para essas famílias, o isolamento não é uma possibilidade, mais a efetivação da falta de comida na mesa.

O segundo tópico discute o isolamento social e a desigualdade de acesso às comunicações, expõe alguns entraves sobre o ensino online e remoto, discutindo a heterogeneidade de acesso aos equipamentos eletrônicos e de internet entre alunos de escolas privadas e públicas. Foca que não existe de fato essa equidade, apesar dos esforços públicos em tentar homogeneizar o acesso.

O terceiro tópico discute o processo de engrenagem do sistema capitalista para efetivar novos negócios educacionais e a flexibilização do trabalho, debate nesta parte do texto os meandros que algumas empresas estão traçando para vender plataformas educacionais e combos de internet.

Gustavo Prieto (USP), no sétimo artigo, aguça o leitor com o título: “Milicianos não usam máscara”, a análise do autor é bastante profícua para o entendimento de um Estado opressor e autoritário, que prega projeto político de tradicionalismo moral na roteirização do terror, coagulando com um desenho político que mantém forte aproximação com as milícias, Estados paralelos criados pelo uso do poder que alto se fortalece com as atividades de cobrança de impostos dos comércios existentes em favelas ou nas periferias para fornecer segurança ou acesso a serviços básicos de reprodução da vida. Desta forma, expõe que o atual governo, desgoverna e delibera políticas públicas que atendem, sustentam e reproduzem as milícias em escala nacional.

A administração federal arma a estrutura capitalista como uma holding miliciana, fortalecendo e estimulando operações institucionais, como Estado-empresa e facilita o contínuo negócio. Visivelmente nota-se uma governança para austeridade miliciana, em que se apropria do poder para extorquir capital de diferentes grupos de pessoas e em pequenos negócios existentes nas áreas periféricas das cidades. Mostrando que o poder da milícia está instalado e agindo conforme o próprio modelo neoliberal de acumulação de capital, que nega os direitos básicos da cidadania, significando um retrocesso social, ambiental, o que gera visivelmente a ampliação da miserabilidade e um retrocesso de políticas públicas socioambientais.

Produz uma retórica bastante ilusiva, ao refletir sobre o posicionamento do atual presidente na época deputado em um pronunciamento a favor da milícia, pois, para o mesmo, a não efetivação/onipresença do Estado em determinadas áreas, teria essas lacunas preenchidas pelo poder das milícias, apesar desta efetivar as extorsões de taxas e pedágios nos meios de transportes, água, gás, telefonia, energia, internet, etc. Defende a legalização das milícias, talvez por isso o autor tenha sido tão enfático ao afirmar que “a milícia é o próprio Estado e governa” (p.60). Isso é intencional, ao dominar as periferias e as favelas, a milícia amplia lucros e rendimentos políticos e afasta ou diminui resistência.

Outro ponto chave na discussão é a aproximação das milícias e diversas igrejas que desde o início da pandemia da COVID-19 se articulam de modo protetório na manutenção dos templos abertos, como estratégias de manutenção de renda como as taxas e os dízimos ofertados pelos fiéis a essas instituições. Esse posicionamento equivocado e de extrema irresponsabilidade que usa a fé para negligenciar a possibilidade de diminuir a proliferação do vírus no país, afirmando que “Deus é brasileiro, e a cura tá aí”. Desta forma clara, entende-se os reais motivos da tentativa

resistência no governo miliciano em confundir a sociedade sobre as profilaxias necessária para a conservação da vida em tempo de pandemia, e como ideologicamente conseguiu convencer ou confundir a sociedade sobre o uso da máscara. “E faça-se como os milicianos: não usem máscaras” (p. 65).

O oitavo capítulo, escrito pelo professor Jorge Luiz Barbosa e Lino Teixeira da (UFU): “Territórios populares entre as desigualdades profundas e o direito à vida”, descreve a tragédia da COVID-19 atrelado aos desafios das contradições urbanas, que resulta do processo de desigualdade combinado com a espoliação brutal da expropriação do trabalho pelo capital. Traz informações pertinentes sobre essa desigualdade espacial no Brasil, expondo que 13 milhões em pessoas vivem em favelas e cerca de 40 milhões em lugares com nenhuma ou com precárias condições sociais e sanitárias, além da falência de acesso ao trabalho, educação, saúde e equipamentos culturais.

Denuncia o flagelamento do papel do Estado na manutenção de políticas públicas sociais, devido ao seu mergulho nas diretrizes do modelo de dominação neoliberalista, que ampliam as desigualdades, principalmente com a aprovação da Emenda Constitucional 95, chamada de “EC da Morte”, pois congela investimentos públicos em áreas que necessitam constantemente de investimentos como a educação e saúde. Também pondera, sobre os grupos mais vulneráveis à pandemia que são os pretos e pardos, que representam, cerca de 75% da população brasileira, e fazem parte da parcela que recebem os menores salários e residem em periferias urbanas (IBGE, 2019).

Comprova sua ideia descrevendo que as áreas periféricas do Rio de Janeiro estão tendo dados subnotificados, nota-se por exemplo visivelmente que é uma tragédia anunciada, para os autores: “Zona Norte e Zona Oeste, embora ainda apresentem menores notificações de contágio em relação aos bairros da chamada Zona Sul da cidade, a letalidade é expressivamente maior” (p. 71). O agravamento da transmissão para as áreas mais vulneráveis leva à maior probabilidade de óbitos ou de respiradores para o tratamento intensivo. Os autores afirmam que “se a pandemia por si mesma não revela as desigualdades na produção social do espaço urbano, acrescenta-lhe a brutalidade da violação do direito à vida” (p. 72).

Porém apesar deste quadro desolador, o autor revela que nestas áreas emergem e se multiplicam mobilizações solidárias, que objetivam mitigar o cenário de genocídio anunciado, e destaca duas linhas de incidência solidária em territórios populares: a primeira, a prática de informações que orientem os moradores sobre a prevenção a pandemia, usando diversos meios visuais e sonoras. A segunda almeja possibilitar o alento da fome, já tão conhecida nesta comunidade, através da busca e distribuição de cestas básicas e de higiene e equipamentos de prevenção para os seus habitantes.

Aponta que neste enfrentamento das condições perversas de violação de direito à vida, esplandecer a solidariedade, que deve ser entendida como uma relação horizontal que “os sujeitos se descubram, se encontrem e se fortaleçam em meio a situação extremas de desapropriação da cidade como privado do direito à vida” (p. 76). Deste modo, existe um partilhar de sentimentos, de sensibilidade, de afeto e de compreensão, existe uma retomada da coletividade que enfrenta a ideia individualista do capitalismo planetário.

O nono artigo, “Orçamento contra a COVID-19 nos portais de transparência”, escrito pela professora Paola Verri de Santana (UFAM), o decreto de calamidade pública para enfrentar a COVID-19 flexibilizaram os gastos orçamentários dos Estados e Municípios, a necessidade por

ampliação de atendimentos a saúde, na contratação de pessoal, equipamentos e materiais para o tratamento e prevenção dos infectados e profissionais de repente apareceu. Esses gastos são monitorados a partir dos portais de transparências, onde os Estados e Municípios devem expor os gastos públicos. A autora revela que as pesquisas nos portais de transparências apresentaram limitações de informações o que por ora dificulta a produção multiescalar de trabalhos que almejam construir um olhar em diferentes níveis administrativos do federal ao municipal. E apresenta falha na apresentação clara de informações a respeito dos seus gastos no enfrentamento a pandemia da Covid-19. Enumera várias perguntas, mas o principal ponto é perceber a ideia que o orçamento público é parte da riqueza gerada pelo povo brasileiro, pois é resultante do trabalho social expelido pela lógica capitalismo de dominação e exploração do trabalho humano. Sendo dever dos gestores disponibilizar online as contas públicas para apreciação de toda população brasileira. “A promoção da transparência aliada a fiscalização coletiva pode ajudar a entender efeitos futuros como desequilíbrio nas contas públicas e a dívida interna” (p. 80).

O penúltimo capítulo, escrito pelo professor Rafael Faleiros de Padua (UFPB), intitulado: “Precarização da vida e redes de solidariedade”, problematiza a luta de classes no Brasil e conota os velhos problemas enfrentados pela classe trabalhadora, agora com mais um elemento, o vírus invisível e mortal da COVID-19. Desmascara a expressiva segregação social vivida pela grande parcela de trabalhadores pobres, que no cenário brasileiro, dividido pequeno espaço com uma família numeroso e a renda insuficiente inibe a prática da quarentena e de aquisição de equipamentos e produtos que mitiguem a proliferação do vírus, em seus bairros carregados de esquecimento, violência e insalubridade.

A própria forma da cidade aspira a desigualdade, gladiam as oportunidades e de maneira contraditória amplia a exclusão, por exemplo, com a pandemia, existe um aprofundamento da pobreza, uma vez que, aqueles que possuíam trabalhos ocasionais, agora estão inseridos na pobreza absoluta, e mesmo aqueles que possuem trabalho precisam arriscar-se no espaço da proliferação invisível da pandemia para manter o seu ganha pão.

Portanto, aponta para a precarização das condições de vida e a brutalidade da exploração trabalhista nos espaços periféricos, discute a diminuta de direitos trabalhista, promovido por um governo antissocial e ultra neoliberal, que condiciona uma piora neste espaço que já é extremamente precário.

O último capítulo, escrito pela professora Silvana Maria Pintaudi (UNESP), discute sobre “O comércio em tempos desgovernados: entre rupturas e resistências”, atrela em seu discurso a necessidade de um governo em reunir conhecimento e visão, enfoca lateralmente Platão para isso. Descreve em sua produção suave e crítica, a demora de alguns países e Estados em entender a força de propagação da COVID-19, subjugando-se o seu poder de infecção e morte e ao que cerne ao Brasil, expõe a prática de um desgoverno como uma dificuldade ao enfrentamento a crise pandêmica e expõe: “Vírus e política de saúde em desajuste” (PINTAUDI, 2020, p.93).

Realiza uma reflexão sobre a postura do mercado financeiro internacionalmente e as diferentes políticas econômicas aplicadas por países do globo, verbera criticamente sobre o caso brasileiro, por entender que a pandemia sobre a órbita natural já iria trazer consequências direta para qualquer país, em nosso caso, as consequências são mais profundas pois anteriormente a pandemia já estávamos em crise econômica. E expõe que os resultados catastróficos imposto ao Brasil é fruto de uma tríade de problema que são: pandemia, economia e governo. Deste modo conduz que ocorrerá a diminuição de oferta de emprego em alguns setores, revela a crise dos

shoppings e das franquias neste estabelecimento e ao mesmo tempo, preocupa-se com o crescimento de subemprego –principalmente empregos ligados a distribuição e entrega, onde houve um aumento do serviço e uma precarização do trabalho. E que ocorrerá mudanças no consumo; pode, portanto, ser dito que, “a maioria dos consumidores estará mais empobrecida, e/ou muito mais cauteloso com os seus proventos” (p. 97).

Desta forma a obra possui uma relevância importantíssima para o debate sobre a precarização social no espaço urbano, deixando pista para aprofundamento teórico e científico das contradições existentes no mundo e no Brasil, em que é asseverado com o atual quadro pandêmico global. Fornece ainda um leque de subjetividades a respeito do urbano e principalmente faz florescer uma holística sobre as periferias e as favelas e suas vulnerabilidades frente a crise que outrora foi promovida pelo processo de segregação, exclusão, dominação do trabalho e escassez de política pública e que hoje aprofunda as desigualdades com a crise da COVID-19, que além das citadas, mostra uma incipiente política de governo para lidar com as questões sanitárias e principalmente social.

© Copyright: Felipe Alan Souza Santos, 2021

© Copyright Biblio3W, 2021

Ficha bibliográfica: SOUZA SANTOS, Felipe Alan. Sobre o covid-19 e a crise urbana. Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de marzo de 2021, vol. XXVI, nº 1323 [ISSN: 1138-9796].